

América, o reino do visível

Alfredo Cordiviola

Resumo:

Neste ensaio tentaremos analisar as percepções da natureza latino-americana, desde a chegada dos primeiros europeus até o momento atual, procurando mapear a conturbada relação entre os elementos que conformam o mundo natural e as palavras que inventam, definem e hierarquizam o reino do visível. Essas palavras, que modulam as relações entre o homem e o mundo natural, surgem como consequência de determinados modos históricos e sucessivos de interpretar a natureza, mas também fornecem as ferramentas simbólicas para entender, imaginar e transformar aquilo que entendemos como “natureza”. O ensaio oferece assim um mapeamento dessas transformações e dessas imaginações presentes nas visões da natureza americana desde o século XVI.

Palavras-chave: Natureza americana, Ecologia, História

Abstract:

This essay will try to analyze the perceptions of Latin American Nature since the arrival of the first Europeans until the present days. Our aim is to map the troubled relationship between the elements that constitute the natural world and the words that invent, define and hierarchize the realm of the visible. These words - that modulate the relationships between man and natural world- spring as consequences of certain historical and successive methods of interpreting Nature, but also provide the symbolic tools to understanding, imagine and transform what we know by Nature. Thus this essay offers a mapping of these transformations and imaginary present in the visions of American nature since the sixteenth century.

KeyWords: American Nature, Ecology, History

Estamos acostumados a perceber a natureza, esse conjunto de seres, de composições e de fenômenos que conformam o mundo em que vivemos, como uma espécie de santuário. Um santuário que deve ser preservado, pois está sujeito ao império constante das ameaças que a cada dia diminuem sua condição e instalam riscos concretos e potenciais que excedem os âmbitos locais e adquirem dimensões planetárias. Vemos a natureza como uma zona de risco, acossada por um vocabulário composto pelos matizes léxicos da extinção, do desequilíbrio e do esgotamento. Influenciados pelos

mitos da abundância e da harmonia, que na tradição ocidental se exprimem através das diversas representações do paraíso e das convenções do locus amoenus, e modelados pelos paradigmas do pitoresco que as narrativas de viagem a terras distantes e a indústria do turismo instilaram no nosso imaginário, vemos a natureza como uma superfície idílica. A natureza é o contrario da cidade, da aglomeração, do caos, é aquilo que está e deve estar afastado para se constituir como tal. A natureza, por mais vastos que possam parecer as florestas, as montanhas e os mares, é, nestes albores do século XXI, sempre uma ilha, um espaço delimitado e outro, um espelho invertido capaz de regenerar por si mesma as pobreza cotidianas em que estamos submersos. Não apenas como mero escape transitório, mas como aquilo que possibilite que a vida continue, para que a perduração da espécie esteja garantida nos futuros que virão.

É por isso, por esta percepção de uma natureza à beira do apocalipse, que estamos acostumados a pensar em termos de responsabilidade quando nos referimos ao sistema natural. Responsabilidade para não poluir o meio ambiente e não comprometer a subsistência, responsabilidade para lidar com as ameaças da tecnologia, para reciclar os resíduos, para produzir e distribuir melhor os alimentos e criar formas de convivência mais justas. Responsabilidade alude a usos conscientes dos recursos, a uma reflexão previa e a “estudos de impacto” e “desenvolvimentos sustentáveis” que, tanto nos grandes projetos que alteram a vida de comunidades inteiras quanto na mera conduta individual, supõe que a natureza, e as nossas atitudes em relação a ela, têm que ser previamente calculadas. Um erro ou omissão não afeta apenas àqueles que habitam a região onde aconteceu, e pode ter conseqüências negativas que se expandem, geográfica e temporalmente, comprometendo a vida nas antípodas do mundo e o futuro da espécie. A natureza é assim um objeto para o pensamento ético (o que fazer com ela?, como agir?) porque é um objeto já representado através do prisma da fragilidade, da catástrofe e da perdição. Nesse imperativo ético e nessa noção de catástrofe está baseado o discurso da proteção ambiental, que é, também, produto das sucessivas globalizações do sistema mundo.

Vista como um sistema integrado, autônomo e auto-suficiente, a natureza é percebida como uma entidade desprotegida, sempre a mercê de potencialmente ruinosas intervenções humanas. Ativistas, associações civis, os poderes públicos e os organismos internacionais estão obrigados a impulsionar leis e condutas para regulamentar as possíveis agressões, e evitar que a proliferação dos danos atinja patamares irreversíveis. Porque a ação humana, mobilizada pelos estados e pelas grandes companhias transnacionais, pode ter efeitos devastadores que comprometam as condições ambientais, o bem-estar e a existência mesma dos seres vivos.

Mas essa visão do homem como algoz do mundo natural, que, guiado por lucros imediatos, desconsidera as conseqüências nefastas das suas ações, é uma aparição relativamente recente no horizonte do capitalismo. O termo “preservar”, seja em relação ao mundo natural, ou ao patrimônio histórico e cultural, nunca antes pareceu ter o prestígio que foi adquirindo nestas últimas décadas (pode se dizer também que nunca antes a eventualidade da catástrofe, e a memória de hecatombes passadas, estiveram tão presentes entre nós). Muito pelo contrário, pelo menos desde o século XV, quando as expansões européias pelo espaço atlântico começam a desenhar um mundo moderno que

se estabelece pelo exercício da colonialidade do poder e das respostas geradas a partir da diferença colonial, a natureza surge como reservatório ilimitado que, pela astúcia ou pela força, está disponível para quem puder usufruir de suas benesses. Nesse momento, a natureza adquire outro estatuto, a partir da invenção da América. Não por acaso, nas gravuras alegóricas que representavam os continentes, essa quarta parte do mundo foi recorrentemente simbolizada por uma mulher nua rodeada de estranhas criaturas, enquanto que a Europa veste túnicas luxuosas e exibe livros e coroas como atributos consagrados de poder e de saber. Na configuração de um mundo global, desse orbe único, contínuo e ao mesmo tempo hierarquizado e cindido, regem categorias étnicas, tecnológicas e militares que definem as possibilidades e os destinos do Novo Mundo.

Já nas primeiras cartas que descrevem aquilo que depois os cosmógrafos chamariam de “América”, o continente aparece como exemplo de cornucópia: as árvores são sempre verdes, as águas são infinitas, o clima é ameno, a possibilidade de achar ouro e espécies é sempre iminente, os indígenas, nus, saudáveis e carentes de toda religião ou “seta”, são mansos e haverão de se converter ao cristianismo em pouco tempo. Há aqui uma idéia moral da natureza, na qual estão sempre incluídos os indígenas. Essa é a imagem que se desprende da “Carta a Luis de Santángel”, que Colombo escreve quando está retornando da sua primeira viagem. Certamente, há também um matiz sombrio, na menção dos canibais e daqueles habitantes da ilha de Avan, que tem cauda, mas por enquanto são apenas rumores, referências que Colombo registra sem ter visto com seus próprios olhos. Essa visão distópica, do indígena feroz, indolente e epítome de barbárie, vai se consagrar nas cartas de Vespúcio, nos relatos de Hans Staden e nas gravuras de Theodor de Bry, para deixar uma marca indelével na imaginação européia. Mas não é suficiente para anular as enormes virtualidades que a natureza americana exibe e reserva para os colonizadores. Virtualidades que as conquistas de Hernán Cortés no México e de Francisco Pizarro no Peru ampliam quase ao infinito, não apenas a partir das grandes reservas de ouro e prata, mas também a partir da revalidação dos mitos clássicos e das conjecturas que (especialmente na América do Sul, mas também na Florida e no Caribe) aludem a cidades imaginárias, Eldorados e fontes da juventude. Os indígenas podem praticar rituais diabólicos, como os sacrifícios humanos que Cortés testemunha em Tenochtitlán, a natureza pode ser também caminho de perdição e armadilha, como na desastrosa expedição de Orellana pelo Amazonas, mas isso está longe de impedir que as políticas imperiais ibéricas desenhem no século XVI vastos planos de ocupação e de domínio do mundo natural americano. Políticas que se evidenciam pela imposição de uma ordem imaginada para redefinir as condições de vida das sociedades nativas e as relações com as riquezas minerais, agrícolas e pecuárias geradas pela natureza.

No âmbito espanhol, essa ordem começa a ser representada na imposição de nomes próprios para identificar os detalhes das costas do mundo descoberto, tarefa que os primeiros navegantes cumprem a rigor. É a primeira coisa que Colombo faz, denominar a terra em que desembarca com um nome cristão, tarefa que continuará cumprindo, como Cabral, Vespúcio, Magallanes e Balboa, entre tantos outros, a cada passo da sua navegação. As ilhas, os mares, os cabos, as baías, as enseadas vão recebendo nomes de santos ou de reis que familiarizam o desconhecido e acompanham a posse. Esse mecanismo se torna mais

contundente ainda na fundação de cidades, que vão desenhando as redes de ocupação do território. Cidades esboçadas antes no papel, conforme as estritas ordenanças da corte, que impõem a existência de centros geométricos e simbólicos representados pela praça maior, o local onde são edificadas os principais prédios civis e eclesiásticos, e onde são encenadas as cerimônias oficiais (autos-de-fé, aclamação dos vice-reis, festas, procissões, etc.). Em *La ciudad letrada*, Angel Rama analisa os processos históricos e culturais que instauram essa nova ordem nas Américas. Ordem que não se limita a ser uma mera transplantação dos modelos ibéricos, e que aplica os princípios renascentistas da abstração e da sistematização a uma vasta e heterogênea geografia em permanente estado de mutação, ocupada por populações submetidas a enormes transformações nos planos econômico, social e político. Essa ordem, eminentemente urbana, evidencia uma clara hierarquia social, confirmada pelos traçados urbanos reticulares, planejados racionalmente “a cordel y regla”, e por instituições como a Igreja e os diversos organismos administrativos, que sistematizam os signos e os sentidos de uma sociedade nova. Essa sistematização será levada a cabo pelos letrados, agentes que operam no centro das cidades, inventando, consolidando e distribuindo discursos, representações, conceitos, explicações, leis e procedimentos. Cronistas, cartógrafos, burocratas, professores, escritores, cientistas, missionários compõem uma ampla gama de personagens que habitam e operam com a palavra escrita na cidade letrada, uma máquina de produção cultural que organiza as dinâmicas sociais e estabelece as pautas da vida colonial.

Assim, os letrados definem os locais de enunciação e os objetos a ser enunciados, estabelecendo as atribuições da maquinaria imperial na exploração e usufruto das riquezas naturais. Durante o primeiro século da colônia, o sistema de *encomiendas* garante as hierarquias entre espanhóis e indígenas e o funcionamento da economia extrativista, as minas determinam a fundação de novas cidades e a ampliação das fronteiras, e a dramática transformação das populações indígenas em mão de obra forçada, como em Potosí ou Zacatecas, enquanto as monoculturas introduzem a escravidão em grande escala. Em todos os casos, aqueles que submetem, se apropriam e se beneficiam das desigualdades da ordem são legitimados como agentes civilizatórios.

Mesmo que a cobiça seja denunciada como origem de todos os males e fonte de perdições, como na *Brevísima relación de la destrucción de las Indias* de Bartolomé de Las Casas e nas profundas controvérsias que agitam a corte espanhola de Carlos V relativas à licitude da conquista, a presença europeia sempre pode ser autorizada através do recurso às causas justas e ao desígnio divino. Se a Providência determinou que as almas e as terras surgissem no horizonte europeu para que pudessem conhecer a Palavra e aceder à salvação, então a natureza americana será sempre um dom, algo que foi dado por mandato para ser transformado pelos enviados escolhidos. O plano divino obriga a que seja feita a evangelização, e para isso é necessário que os europeus permaneçam, e que os recursos naturais sejam utilizados indefinidamente na empresa. Se já Colombo se considerava guiado pela graça e assinava suas cartas como *Christo ferens*, não parecerá extravagante que recorra às profecias antigas para validar sua missão e que afirme, na sua terceira viagem, ter achado o Paraíso terreal nas costas setentrionais da América do Sul. Apesar das

injustiças e dos massacres cometidos, América se firma no imaginário da ocidentalização como toda natureza, como natureza dada não apenas como conjunto de seres, espécies e acidentes, mas como superfície edênica concedida por vontade superior, e, em definitiva como espaço recuperado, enquanto invoca a reparação, agora em um ponto americano do mapa, daquilo que fora extraviado pelo pecado original. Essa percepção quiçá explique os motivos que, muito depois que Colombo e os primeiros assombros, levaram a um polígrafo como Antonio León Pinelo a demonstrar, em pleno barroco peruano, a localização exata do paraíso. Em *El Paraiso en el Nuevo Mundo* (1656), Pinelo, após longuíssimas proposições e refutações, e profusas referências autorizadas, identifica quatro grandes rios sul-americanos (Amazonas, Prata, Orenoco e Madalena) como os quatro rios que surgem do Paraíso, que, segundo seus cálculos, estaria situado em plena floresta amazônica, não muito distante da atual cidade peruana de Iquitos. De Pinelo até hoje, o paraíso retorna e continua entre nós, como motivo literário, como fantasia para as massas, como esperança.

Contudo, as alusões ao paraíso paradoxalmente convivem, nos tempos vice-reinais, com uma forte desconfiança em relação ao mundo natural. A natureza americana pode maravilhar por sua espessura e abundância, mas é também perigosa, indócil, arteira. Como se aquelas imagens dos canibais que despedaçavam corpos em cerimônias diabólicas também retornassem constantemente, não como tentativa de descrição etnográfica de um povo em particular, senão como emblema de todas as ameaças e de todos os males que a natureza pode reservar. Por isso, se a natureza é um dom, porque foi dada pela graça divina, é também o espaço das provações a ser superadas e das tentações a ser vencidas. Podemos entender nessa perspectiva as políticas sistemáticas de evangelização, que, como no caso dos aldeamentos jesuítas, impõem aos indígenas rotinas que marcam todas as horas do dia, como modo de vencer o horror ao vazio que poderia provocar as recaídas na barbárie e na idolatria. Muitos missionários se representam a si mesmos e descrevem sua tarefa como se fossem novos eremitas no deserto, que devem lutar denodadamente contra os rigores do entorno e contra a melancolia que surge dos fracassos e retrocessos da catequização, essa *tristitia mortífera* que já tinha sido codificada nos tempos medievais como um dos grandes riscos que deve enfrentar o homem que busca a Deus em solidão e acaba se encontrando consigo mesmo e com todos seus terrores e fantasmas. Da mesma forma, a figura do mártir, aquele que entrega sua vida pela fé e é devorado por um mundo hostil, é funcional no imaginário evangelizador para representar a necessidade da ação humana contra o mundo natural, e a importância das condutas exemplares para uma pedagogia da perseverança e da dedicação absoluta.

Essa delicada natureza interna do homem, que nas fragilidades e indolências do indígena americano encontra seu epítome, precisa ser dominada por ser sempre perigosa, da mesma forma que a natureza física, para se transformar em riqueza, deve ser controlada e domesticada em grande escala: através da técnica, como no caso dos instrumentos de navegação que possibilitam situar-se e avançar por entre as temíveis forças do mar, através do discurso, como fazem os letrados em suas relações e histórias naturais e morais, ou mediante rígidos dispositivos, como os que operam nas plantações e nas minas, com suas estruturas hierarquizadas de vigilância. Esses instrumentos de dominação do mundo natural americano, que acompanham a evolução do mundo moderno, tornam-se mais sofisticados

e totalizantes no século XVIII, sob o império da racionalidade que impulsiona as reformas borbônicas e pombalinas.

As grandes transformações econômicas, administrativas e urbanas iluministas marcam um ponto de inflexão no longo período colonial, enquanto as contradições das sociedades americanas, e os conflitos de interesses que pontuam a geopolítica do sistema colonial moderno, já começam a prefigurar essa nova realidade que haverá de se constituir nas primeiras décadas do século seguinte com as lutas pela independência. As novas funções do comércio transatlântico redefinem a noção de monopólio vigente nos séculos anteriores; a expulsão dos jesuítas altera definitivamente as formas de domínio das fronteiras, as relações com as populações indígenas e o modelo educativo das elites urbanas; renovados e cada vez mais insistentes desejos de autonomia das elites *criollas* se debatem contra as imposições emanadas pela administração imperial; as viagens filosóficas supõem outro modo de aproximação e de conhecimento de uma natureza passível de ser catalogada pela taxionomia colonialista; as repercussões dos discursos científicos eurocêntricos impulsionam debates e funcionam como espelho invertido para a própria valorização do homem americano.

Todas estas transformações dependem, em alguma medida, de uma nova forma de perceber o mundo natural. Como lembra Foucault, “no século XVIII, a continuidade da natureza é exigida por toda história natural, isto é por todo esforço para instaurar na natureza uma ordem e nela descobrir categorias gerais, quer sejam elas reais e prescritas por distinções manifestas, quer cômoda e simplesmente demarcadas por nossa imaginação” (FOUCAULT, 2002: 203). Entre a linguagem e as coisas surge um método que se propõe abolir toda incerteza e anular o caos que rege as formas da natureza. A classificação é o instrumento que prepara o terreno para poder ver o real, para definir um campo de visibilidade dentro do qual tudo tende a fazer sentido e a ocupar o lugar que lhe corresponde. No século da taxionomia, a classificação é o que permite que o mundo natural se torne visível, previsível, lógico. Dois grandes modelos se consolidam como máquinas analíticas, o de Lineu, que se baseava nos órgãos reprodutivos como critério de catalogação, e o de Buffon, que preferia submeter o espécime individual a uma descrição integral que pudesse incorporá-lo a uma série maior.

O modelo unívoco de Lineu propunha características estruturais intrínsecas que, a partir de um conjunto finito de semelhanças e diferenças, definiriam a posição a ser ocupada por cada ser. Já Buffon entendia que esse esquema podia ser muito estreito para compreender a diversidade que reina no plano natural, e optava por enfatizar as afinidades entre as espécies. Para Lineu, o esquema fornecia a base para entender a grande arquitetura do mundo, subsumindo as particularidades dentro de categorias fixas. Buffon, entretanto, reconhecia que a história natural era virtualmente infinita, e sempre passível de ser ampliada por novos elementos que pudessem se incorporar à cadeia do seres. Se para Lineu o *Systema Naturae* funcionava como um magno alfabeto onde podiam caber todas as plantas, para Buffon a natureza era aquele “vasto espetáculo, cujo conjunto é tão amplo que parece, e é, com efeito, inesgotável nos detalhes”. Mas, apesar das suas diferenças, ambos os modelos partem de uma perspectiva baseada em uma consciência planetária que impõe a busca e o desvendamento de novos produtos e terras, e partilham o pressuposto de

que a natureza precisa ser ordenada para se tornar inteligível, e para poder descobrir nela as marcas e os fundamentos de um plano superior.

Se a ciência é elevada a uma espécie de metalinguagem universal, capaz de dar conta da diversidade do mundo através das suas classificações e nomenclaturas, a viagem se torna indispensável para comprovar e multiplicar as categorias epistemológicas. As chamadas viagens filosóficas se tornam assim um capítulo essencial na produção do saber no século, porque permitem ampliar in situ o corpus, e instituem o domínio empírico como teatro para as operações fundamentais da coleta, do estudo e da catalogação. A observação é fundamental, mas se trata de uma observação que já está pautada pelas formas de ver que estabelece o código, a mathesis universal, a ciência da ordem. Na América, algumas das expedições, patrocinadas por Espanha e por Portugal, que cumprem essa função indispensável são as de La Condamine (*Viagem na América meridional descendo o rio das Amazonas*), de José Celestino Mutis (*Diario de observaciones, Relación del viaje*), chefe da Real Expedição Botânica ao Reino da Nova Granada, e a de Alexandre Rodrigues Ferreira (*Viagem Philosophica*). O delicado desenho, e o livro final que reúne as imagens, operam como comprovações e relatórios de viagem, enquanto os incipientes jardins botânicos fornecem a possibilidade de transformar a natureza exótica em espetáculo para os olhos metropolitanos.

Essa ciência da ordem não se limita, entretanto, a descrever o mundo natural, e pode ser aplicada na interpretação e na hierarquização das diferenças étnicas e culturais. A pretensa superioridade étnica das nações européias, legitimada desde o século XVI, encontrava agora um novo arsenal para se reafirmar. Da mesma forma em que, como observou Mignolo, os geógrafos europeus criam nos seus mapas uma perspectiva que torna invisível (e portanto, “objetivo e científico”) o ponto a partir do qual se observa o mundo, gerando assim uma mirada “universal” que hierarquiza centros e periferias, uma linha de pensamento ancorada no determinismo geográfico, com notórios expoentes que vão de Buffon e Cornelius De Paw a Hegel, sentenciam a inferioridade e a decadência irreversível da população americana, com argumentos que depois seriam retomados pelos discursos racistas que fundam a antropologia do século XIX. Nessa que Antonello Gerbi denominou a “disputa pelo Novo Mundo”, postula-se a superioridade étnica e epistemológica européia, mas também surgem as possibilidades de contestação que, em autores como o jesuíta mexicano Francisco Xavier Clavijero, o equatoriano Eugenio de Santa Cruz y Espejo ou nas influentes páginas de Humboldt, não apenas invertem a imagem negativa, mas também fundamentam uma diferença americana pensada como caminho de autonomia e de emancipação.

Já durante a primeira metade do século XIX, em pleno processo de formação das comunidades imaginadas hispano-americanas, o continente será insistentemente visitado por viajantes isolados, beneficiados pela diminuição das firmes restrições dos tempos coloniais, e pelas chamadas Missões científicas, enviadas em caráter oficial pelos governos estrangeiros (alemães, franceses, ingleses, norte-americanos) para mapear de forma integral os recursos e configurações disponíveis. A jubilosa variedade do mundo natural, intuído como totalidade sublime pela experiência e pela imaginação, é o objeto das indagações destes expedicionários. Impelidos por um constante fascínio pelas origens,

pelo crescimento e pelas transformações, anunciam as leis do progresso e da extinção, que estão presentes em todas as manifestações do visível. Como se explica na *Viagem pelo Brasil nos anos 1817-1820* dos naturalistas bávaros Spix e Martius, que percorrem o Brasil no limiar da independência, os membros das missões perseguem um programa integral, cujo alvo final é a coleta, a representação e a “museificação” das espécies:

O Dr. Spix, como zoólogo, encarregou-se de todo o reino animal, objeto de suas observações e atividades. Nesse domínio, incluía ele tudo que diz respeito ao homem, tanto indígenas como imigrados: as diversidades, conforme os climas; o seu estado físico e espiritual, etc.; e igualmente, fará observações sobre os restos existentes embaixo da terra, esses mais seguros documentos do passado e do sucessivo desenvolvimento da criação.

O Dr. Martius, como botânico, assumiu o encargo de pesquisar o reino da flora tropical, em toda sua extensão. Além de estudar, de preferência, as famílias de plantas endêmicas, competia-lhe especialmente investigar aquelas formas que, pelo parentesco ou identidades com plantas de outros países, permitem concluir qual a pátria de origem e a sua sucessiva propagação sobre a terra. Pretendia ele fazer essas pesquisas, levando em conta as relações climáticas e geológicas, e por essa razão estendê-la também aos mais humildes membros do reino das plantas, tais como musgos, líquens e cogumelos. (SPIX, MARTIUS, 1976: 22)

Tais “observações e atividades” dos naturalistas bávaros sintetizam as preocupações de muitos dos viajantes que atravessam estepes e florestas durante o século XIX. Se a viagem acaba na litografia e a natureza se transforma na paisagem pitoresca que tantas reverberações terá na estética romântica, é porque, tomando a prosa de Humboldt como modelo e inspiração, os viajantes oitocentistas elaboram “un poderoso montaje textual en el que la anotación científica, la efusión estética, la preocupación humanística podían acoplarse o desglosarse, alternativamente, de la voz del narrador y de su cautivante relato de revelaciones y accidentes personales” (PRIETO, 1996: 17)¹. Dessa montagem textual, que condensa propósitos, modos de interpretação e pontos de vista conflitantes sob um prisma estético, participam as detalhadas observações etnográficas de Debret, as tempestuosas paisagens de Rugendas, as cuidadosas anotações sobre a flora de Saint-Hillaire.

Essas representações serão valiosas também para os americanos que fundam na vastidão da natureza americana um modo diferencial de se inserir no mundo e um instrumento para forjar determinadas mitologias nacionais. Adolfo Prieto estudou a influência que a literatura de viagens teve para a emergência da literatura argentina nesse período, exemplo que pode ser aplicado também a outras regiões do continente. Nessas primeiras décadas do século, a natureza americana é então mais uma vez reinventada como objeto de conhecimento, como fonte de riqueza e como teatro da missão civilizadora, como esse “deserto” e esse sublime espetáculo que se consagra nas paradoxais percepções e projetos de um Echeverría ou de um Sarmiento, que a definem como chave identitária

1. “uma poderosa montagem textual na qual a anotação científica, a efusão estética, a preocupação humanística podiam se acoplar ou se separar, alternativamente, da voz do narrador e de seu cativante relato de revelações e acidentes pessoais”.

e ao mesmo tempo como lugar da barbárie. Se nas encomiásticas páginas de Andrés Bello, América (e especialmente sua sinédoque, a América tropical descrita na *Silva a la agricultura de la zona tórrida* (1826)) retorna como emblema da opulência e do porvir, para Sarmiento os pródigos naturais podem provocar tanto fascínio quanto consternação. A pampa é um cenário que favorece a liberdade absoluta, representada no nomadismo do gaucho, e ao mesmo tempo a matriz de um sistema social desintegrado visto como ameaça, e que deve ser anulado em última instância pelo espírito das cidades para que possa progredir e modernizar-se.

Estas parecem ser as palavras de ordem que regem a organização dos estados nacionais durante o resto do século XIX e grande parte do século XX na América Latina. O salto modernizador que reaparece como um fantasma e como um projeto sempre inacabado nas transformações urbanas da *belle époque* e nos discursos desenvolvimentistas aspira a domesticar a natureza através da técnica e das especificidades de campos científicos cada vez mais compartimentados ao serviço dos ciclos produtivos. Nessa lógica de apropriação indiscriminada dos recursos naturais motivada pelos espectros do crescimento e do progresso se inscrevem os projetos faraônicos e altamente predatórios, cujo maior exemplo quiçá seja a falida estrada que leva a lugar nenhum, a Transamazônica.

Nas últimas décadas, esse modelo predatório foi posto em xeque, o que não significa, certamente, que tenha desaparecido. Basta lembrar a desflorestação da região amazônica em favor dos setores pecuários e madeireiros para demonstrar a vitalidade desse modelo, que tende sempre a minimizar a importância dos danos ambientais, mesmo que possam chegar a ser irreversíveis. Mas, apesar dos antagonismos locais e globais que comprometem a definição de acordos de longo prazo, é evidente que as condições são outras, e existe hoje um certo consenso que, mesmo que não consiga evitar determinados estragos, aponta para a busca de um equilíbrio possível. Se em outras épocas (e quiçá de algum modo, ainda hoje), a natureza da quarta parte do mundo era capaz de promover nostalgias e retornos a uma idade de ouro imaginária e definitivamente perdida, ou pelo menos permitia vislumbrar as formas de uma promessa dirigida sempre a um futuro melhor; se a natureza americana foi também aquele lugar caótico e hostil que devia ser dominado pelas taxionomias e hierarquizações, hoje entretanto impõe a necessidade de forjar outras alianças, capazes de superar as práticas exploratórias, os augúrios de catástrofe, as imposições das multinacionais e as encruzilhadas da dependência tecnológica. Entre os mitos que ressurgem e permanecem em suspensão no imaginário, e a história que sempre avança e perturba, estabelecer essa nova aliança é um desafio que não podemos ignorar; um dos vários desafios, e certamente não o mais simples de resolver, que este século impõe ao devir latino-americano.

Referências bibliográficas

DUARTE, Rodrigo. *Mimesis e racionalidade*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900)*, São Paulo: Cia das Letras, 1996

LEÓN PINELO, Antonio. *El paraíso en el Nuevo Mundo; comentario apologético, historia natural y peregrina de las Indias Occidentales islas de tierra firme del mar océano*. Edição de Raúl Porras Barrenechea. Lima: Imprenta Torres Aguirre, 1943.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

PAPAVERO, N.; LLORENTE-BOUSQUETS, J.; ESPINOSA-ORGANISTA, D. *Historia de la biología comparada, desde el Génesis hasta el Siglo de las Luces*. México, D. F., Facultad de Ciencias, Universidad Nacional Autónoma de México, 1995.

PRIETO, Adolfo. *Los viajeros ingleses y la emergencia de la literatura argentina. 1820-1850*. Buenos Aires: Sudamericana, 1996.

RAMA, Ángel. *La ciudad letrada*. Santiago de Chile: Tajamar Editores, 2004.

SPIX, Johann; MARTIUS, Carl. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

SUBIRATS, Eduardo. *Una última visión del paraíso*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.